

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO DISTRITO DE RIBEIRA, CABACEIRAS (PB)

Verônica Pereira de Medeiros¹
Suayze Douglas da Silva²
Anieres Barbosa da Silva³

Resumo

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre o processo de reestruturação produtiva no Distrito de Ribeira, localizado no município de Cabaceiras (PB), situado na microrregião do Cariri Oriental, pensando-o no contexto da agropecuária moderna ou tecnificada em que estão inseridas as atividades produtivas e no papel dos novos sujeitos, isto é, a sociedade civil organizada. Dentre os procedimentos de pesquisa utilizados destacamos: levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários e trabalhos de campo. A pesquisa parte do pressuposto de que as dinâmicas socioespaciais, associadas à produção agropecuária, estão em contínuo movimento e que se intensificam na medida em que inovações tecnológicas são incorporadas no meio geográfico. Portanto, as preocupações com o processo de reestruturação, bem como, os níveis técnicos, científicos e informacionais presentes na produção do artesanato em couro no Distrito de Ribeira e a carência de pesquisas sobre a temática em tela se colocam como elementos justificadores da pesquisa ora em andamento.

Palavras-chave: Semiárido, Reestruturação produtiva, Distrito de Ribeira.

Introdução

Conforme Castro e Magdaleno (1996), no contexto do território nacional o semiárido nordestino é uma porção do território onde a escassez de chuvas, e até mesmo a sua ausência em determinados períodos, impõe parâmetros específicos no que diz respeito à adequação de espécies, tanto vegetais como animais, e para o desenvolvimento das atividades produtivas. É com base nesses aspectos que foi produzido na região um imaginário de pobreza ao longo da história de sua ocupação.

A seca, durante muito tempo foi apontada como sendo a única causadora de toda a pobreza e pelo flagelo da região do semiárido nordestino, sendo comum, ainda hoje, quando falamos em semiárido, que as pessoas atribuam a falta de chuva como característica principal. Enquanto fenômeno natural, a seca, consiste em longos períodos de estiagem e se explicam,

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: veronicamedeiros.geo@hotmail.com

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: suayzedouglas@hotmail.com

³ Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: anieres@uol.com.br

em parte, por elevadas temperaturas, comumente registradas na região, o que entre outras coisas acarreta uma elevada taxa de evaporação.

Malvezzi (2007), contrário ao imaginário construído sobre o semiárido nordestino, ressalta estudos que o apontam como o mais chuvoso do planeta, com médias pluviométricas de 700 mm/ano, a grande questão está na enorme variação dentro da área, de 250 mm/ano a 800 mm/ano. Dessa forma, a problemática está na irregularidade das chuvas no tempo e no espaço, acrescida do fenômeno de evaporação (3.000 mm/ano), muito intenso na região, sendo três vezes maior que a precipitação.

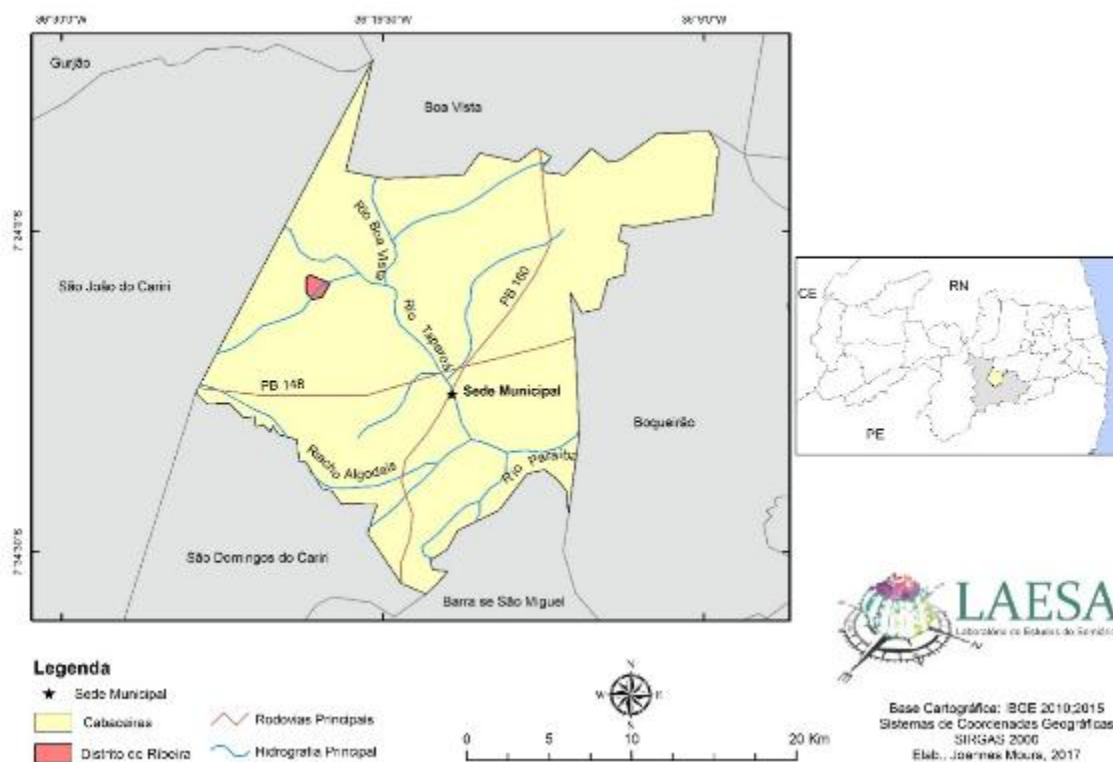
A variação das chuvas no tempo e no espaço dificulta a permanência de alguns corpos d'água e a maioria dos rios torna-se intermitente. Esses fatores naturais, associados às próprias ações humanas que utilizam os recursos naturais, solo, água e vegetação de forma predatória, agravam ainda mais a situação (SILVA, 2013). Portanto, retomando o raciocínio de Castro e Magdaleno (1996) é preciso estar atento ao fato de que, embora a água seja importante para a sobrevivência, não se pode mais pensar as estiagens como sendo a única responsável de toda pobreza na região nordeste do país.

Outro equívoco presente em diversos estudos e em setores da sociedade é o tratamento do semiárido brasileiro como uma região homogênea (REBOUÇAS, 1997). Este entendimento tem gerado concepções errôneas sobre as reais dificuldades e nas alternativas que se apresentam para a região no decorrer do tempo.

É por considerar o semiárido como espaço de nossas reflexões que pensamos ser relevante mencionar, mesmo que brevemente, esses aspectos do imaginário construído acerca dessa região, bem como a imagem criada em torno da seca e da busca de solução para essa porção do espaço concebida por muitos como “problema”. Além da nova perspectiva que se apresenta, na qual concebe essa região como espaço de possibilidades de convivência, evidenciado por aqueles que se dedicam, assim como nós, a sua compreensão enquanto processo.

Dentro do leque de questões que se apresentam como possibilidades de pensar o semiárido, buscamos neste trabalho refletir sobre o processo de reestruturação produtiva no contexto da agropecuária moderna ou tecnificada em que estão inseridas as atividades produtivas e no papel dos novos sujeitos, isto é, a sociedade civil organizada, seja com a criação e participação em associações ou cooperativas, por exemplo.

Nesse sentido, na tentativa de ir um pouco além da discussão sobre a seca, porém sem desconsiderá-la, pensando o semiárido em suas particularidades, buscamos aqui refletir sobre as mudanças que vem ocorrendo com o processo de reestruturação produtiva no Distrito de Ribeira, localizado no município de Cabaceiras, situado na microrregião de mesmo nome ou Cariri Oriental (**Mapa 01**).



Mapa 01 – Localização da área de estudo

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), o município de Cabaceiras possui uma extensão territorial de 453 km² e conta com uma população total de 5.035 habitantes, dos quais 2.818 residem na zona rural. A pecuária (bovina, caprina e ovina) se constitui na principal base da economia do município, onde o artesanato em couro, o ecoturismo e a caprinocultura ocupam lugar de destaque.

Na região do Cariri paraibano o apoio à pecuária ocorre desde a década de 1970, sendo mais intensa a partir do início do ano de 2000, por meio de incentivos governamentais e planos de ações com o objetivo de aumentar o número de cabeças, melhorar o padrão genético, bem como alavancar o aproveitamento dos produtos derivados, tentando modernizar a produção para fins mais comerciais.

É nesse contexto de incentivos e mudanças que nos propomos a pensar o Distrito de Ribeira, o qual durante muito tempo teve como principal fonte de renda dos pequenos produtores locais o cultivo do alho, que dividia espaço com a agropecuária e com a produção de artefatos em couro de bovinos e caprinos.

Compreendemos que o processo de reestruturação é bastante amplo, ocorrendo em várias escalas e desenvolvendo-se de forma diferenciada no espaço. Nesse artigo, estamos tratando da reestruturação produtiva pensando-a como processo de mudança que pode ocorrer tanto pela ruptura, isto é, abandono de uma atividade por outra, como também através da reorganização ou aperfeiçoamento de uma mesma atividade. No processo de reestruturação produtiva ocorre, ao mesmo tempo, uma mudança na dinâmica socioespacial⁴, na medida em que os sujeitos – entendidos como produtores de espaço – envolvidos também são afetados. Dentre os procedimentos de pesquisa utilizados para a elaboração do presente estudo, destacamos: levantamento bibliográfico para subsidiar e fundamentar nosso conhecimento teórico acerca da temática e dos conceitos que norteiam a pesquisa, levantamento de dados secundários e realização de trabalhos de campo.

A pesquisa parte do pressuposto de que as dinâmicas socioespaciais, associadas à produção agropecuária, estão em contínuo movimento e que se intensificam na medida em que inovações tecnológicas são incorporadas no meio geográfico, principalmente com a intensificação do processo de tecnificação da agropecuária que vem ocorrendo no país. Portanto, as preocupações com o processo de reestruturação, bem como, os níveis técnicos, científicos e informacionais presentes na produção do artesanato em couro no Distrito de Ribeira e a carência de pesquisas sobre a temática em tela se colocam como elementos justificadores da pesquisa.

⁴ Mesmo não sendo objetivo principal desse trabalho não podemos fechar os olhos para o recente debate e as controvérsias que surgiram mediante alterações no modo de grafar alguns termos com conteúdo conceitual, como é o caso de sócio-espacial e socioespacial. Marcelo Lopes de Souza foi quem deu início a esse debate fazendo uma distinção teórico-conceitual no uso dos termos. Para o referido autor o uso do hífen pode fazer bastante diferença em relação à ideia que se quer apresentar/comunicar. Assim, na leitura de Souza (2013) socioespacial (sem hífen) diz respeito somente ao espaço social, enquanto sócio-espacial (com hífen) se refere ao mesmo tempo às relações sociais e ao espaço. Em contrapartida, Catalão (2011), mesmo apresentando a discussão surgida desde 2007 por Souza como de extrema relevância, diz “não é o caso do hífen que expressa, a meu ver, uma diferença conceitual relevante” (CATALÃO, 2011, p.176). Para esse autor a distinção realizada por Souza - acima mencionada – pode ocasionar uma divisão na relação espaço sociedade que a Geografia pelo menos nas últimas três décadas tem buscado superar. Portanto, entende-se que “ao falar de espacial já se está referindo ao espaço social, haja vista que o espaço ao qual estamos tratando é forçosamente social” (CATALÃO, 2011, p.177). Seguindo esse raciocínio optamos por utilizar socioespacial (sem hífen) por entender que, o que Souza (2013) atribui a sócio-espacial já se encontra plenamente contido no termo socioespacial.

Fundamentação teórica

Dentre os vetores da reorganização produtiva do território brasileiro, Elias (2005) destaca o processo de reestruturação produtiva da agropecuária que se deu com o amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses nas relações sociais de produção e o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho.

O modelo de desenvolvimento da economia e da agricultura brasileira, bem como a modernização promovida no país nos anos cinquenta, sessenta e setenta teve um caráter eminentemente excludente, na medida em que não foi capaz de integrar a “modernidade” a pequena produção e nem se quer os setores oligarcas do Nordeste, donos de imensos latifúndios improdutivos apareciam como prioridade. O processo alcança, de fato, o interior nordestino somente em um segundo momento após a conformação de bases modernas da nova agricultura nacional (COSTA, 2006).

A respeito do semiárido nordestino, Costa (2006) enfatiza que a chamada “modernização da agricultura” só vem a acontecer a partir de meados dos anos de 1970, obedecendo às características específicas de uma região de baixa produtividade, que coincide na questão temporal, da crise do seu principal produto, o algodão, além de um longo período de ocorrência de secas prolongadas. Isso resultou no colapso da pequena produção e no desencadeando de processos migratórios, crescimento acelerado da pecuária bovina e degradação das condições ambientais.

Lima (2006) destaca que desde o século XIX a base para se atingir o desenvolvimento pleno das nações vem do modelo das sociedades capitalistas avançadas. Historicamente esse sistema tem deixado marcas profundas, como a intensificação das condições de pobreza e exclusão social, o aumento da concentração de renda, a degradação ambiental, a decadência urbana e rural e a dicotomia dos setores público e privado. É em meio a esse debate teórico sobre os efeitos dessas metamorfoses sofridas pelo capital, que emerge a articulação entre global e o local.

É nesse contexto que se dá o aparecimento da noção de desenvolvimento local, relacionada à capacidade de organização social de uma comunidade de atores sociais, cujo potencial e exercício da autonomia para a tomada de decisões levam a mobilização, motivando ideias e projetos de desenvolvimento alternativos.

De acordo com Ferreira (2006) e Oliveira (2013), a década de 1970 marca uma série de questionamentos e reflexões acerca do papel do Estado Desenvolvimentista e em especial das suas competências como agente político e condutor dos direcionamentos das políticas públicas, no âmbito externo e no atendimento às necessidades internas da sociedade.

Contudo, somente na segunda metade dos anos de 1980 a temática do desenvolvimento local ganhou maior importância no Brasil, com as primeiras experiências de descentralização de políticas durante o debate em torno da formulação da Constituição Federal, que anuncia entre os diversos interesses oriundos dos constituintes, a formulação de um pensamento contrário à posição tradicional centralizadora do Estado nacional (SANTOS, 2012) e (OLIVEIRA, 2013).

Conforme Santos (2012), o local só é visto, de fato, pela perspectiva de um novo enfoque para a construção do desenvolvimento a partir da década de 1990, período em que foram estudadas diversas experiências apoiadas por organismos internacionais (governamentais e não governamentais). Nesse momento, destaca-se a iniciativa do Projeto de Cooperação entre o Banco do Nordeste e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que em 1995 deu início a um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local, motivando e contribuindo com uma série de novas experiências que tem enriquecido o debate em torno da construção de novas alternativas de desenvolvimento.

Santos (1996) destaca a importância dos lugares, ou do local, como espaço de reflexão, salienta que a história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central não somente nos estudos dos geógrafos, mais de outros estudiosos como os economistas. Entretanto, para esses a questão da proximidade, isto é, à distância, aparece como fator relevante na estruturação do comércio internacional, enquanto que para os geógrafos a proximidade:

[...] não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações (SANTOS, 1996, p.255).

Em seus estudos e abordagens acerca do processo de globalização o referido autor afirma que quanto mais esse processo se intensifica, mais o lugar se torna “único”, porém o dinamismo que está se recriando a cada momento “onde a globalização e a localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência”

(SANTOS, 1996, p.252), a multiplicidade de ações faz do espaço um “campo de forças multicomplexo” mediante a individualização e especialização dos elementos do espaço – homens, empresas, instituições, meio ambiente construído – ocorrendo o aprofundamento da sua relação com o sistema mundo (ibid.).

Seguindo esse entendimento torna-se cada vez mais possível pensar o local como global, reconhecendo que ali, mesmo em uma dimensão menor, se realizam ou se estabelecem as mesmas relações. Nas palavras de Santos (1996) “Cada lugar é, à sua maneira o mundo” (SANTOS, 1996, p.252), ou ainda “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela” (SANTOS, 1996, p.258).

Essa revalorização do lugar, bem como a ênfase dada ao espaço local apresentado como cenário estratégico para a perspectiva do desenvolvimento que leva em consideração à melhoria da qualidade de vida, sobretudo, de populações pobres, recoloca, conforme Santos (2012), o debate sobre o desenvolvimento na pauta dos estudos geográficos.

Entendemos que o desenvolvimento, seja de um país, uma região ou uma localidade, é afetado por muitos fatores e que pensá-lo não se resume somente ao crescimento econômico, mas em algo que significa, ao longo do tempo, em um processo capaz de promover mudanças culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, bem como a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a redução das condições da desigualdade social que sejam capazes de possibilitar a expansão das liberdades como defende Sen (2000).

Há, contudo, a necessidade de ter o cuidado ou atenção no tratamento das questões relacionadas ao desenvolvimento local e ao processo de reestruturação. Lisboa (2007) reforça que:

Contrariando o discurso da valorização do lugar, cuja ênfase recai no poder local e no fortalecimento sócio-econômico das comunidades envolvidas, o processo de reestruturação produtiva centra-se em produtos finais, que possam interessar ao mercado global enquanto as vantagens comparativas lhes propiciarem tais condições (LISBOA, 2007, p.184).

De fato as determinações do mercado se mostram excludentes, tendo em vista sua forma concentradora de recursos, no qual do ponto de vista social, os trabalhadores encontram-se imersos numa lógica desigual, com grandes dificuldades de encontrar possibilidades efetivas de reprodução de suas vidas na economia, dita globalizada. Algo que para Santos (2012) coloca em dúvida as práticas espaciais com foco no desenvolvimento

local, pois essas, afirma a autora, aparecem fundamentadas não em um movimento contra hegemônico, como querem fazer crer os discursos oficiais, mas nos interesses do capital.

Há que se reconhecer que a almejada participação popular ainda se apresenta como desafio. Entretanto, ao nosso olhar a criação de cooperativas agropecuárias, por exemplo, em nosso recorte espacial de estudo, tem se apresentado como alternativa para que os pequenos produtores tenham acesso à modernização tecnológica, a determinados créditos ou até mesmo na busca pela autonomia.

No Plano de Desenvolvimento Local (PAULA, 2008), apresentado pelo Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), esse tipo de desenvolvimento é definido como um processo que, mediante resultados de diagnóstico, irá identificar as vocações ou os eixos estruturantes para o desenvolvimento de determinada localidade, ou seja, aquelas atividades que irão possibilitar tirar proveito das “vantagens comparativas” locais, transformando-as em “vantagens competitivas”, mediante atividades que sejam capazes de suportar diversos tipos de empreendimento viáveis e sustentáveis.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que essas questões que muitas vezes podem aparecer como pré-condição para seleção dos lugares pode aguçar as desigualdades em determinada área aparecendo como “manchas” no espaço geográfico que é construído e modificado pelas relações sociais. Nas palavras de Santos (1985, p.80) “O Estado é, às vezes, portador do novo, às vezes garante a permanência do velho. O mesmo se dá com as forças de mercado. Estas criam o interno, trazendo consigo o externo e desse modo gerando uma contradição entre ambos”.

Partindo desse entendimento compreendemos que da mesma forma que as atividades maiores ligadas a grande produção, em uma escala menor essas atividades, mediante cooperativas, também podem vir a se apresentarem ou a se constituir como elemento de diferenciação no espaço. Não estamos aqui fazendo uma crítica às cooperativas mais somente queremos enfatizar nosso olhar para as mesmas não apenas como uma alternativa ao sistema, mas uma alternativa dentro do sistema.

[...] a sociedade do presente realiza seu modo de vida, agora obedecendo à unicidade do mundo. À medida que a ordem global se transforma com novas modalidades de funcionamento, cada subespaço se adequa às novas condições para poder participar do conjunto maior. Essa adequação se faz pela emergência de novas formas geográficas, em funções específicas capazes de atender as exigências das emergentes modalidades da produção e da vida social (LIMA et. al., 2011, p.19).

Pensando as cooperativas nesse contexto, permitimo-nos duas interpretações: uma, em que a cooperativa surge como alternativa a inserção na modernização tecnológica do campo; e outra, que elas se veem forçadas a ingressar nesse modelo para agregar valor a sua produção, ou como forma de sobrevivência às empresas que trabalham com produtos semelhantes.

O atual processo de modernização técnica ainda não foi capaz de possibilitar emancipação econômica, política e social para grande parte das famílias sertanejas. No entanto, existem sinais claros e oportunidades de mudanças dessa realidade, seja porque o “velho complexo gado-algodão-policultura ruiu” (SILVA, 2010, p.141), seja porque se apresentam hoje diversos experimentos, alternativas e propostas de convivência com o semiárido. Nesse sentido, faz necessário considerar que ocorreram mudanças não apenas no processo produtivo, o espaço também é reestruturado e com ele a dinâmica socioespacial.

De acordo com Lopes (2014), a reestruturação produtiva do território é:

[...] um processo que de forma contínua em múltipla escala, onde agentes econômicos modificam ou redefinem as relações de produção e trabalho num dado território a fim de obterem seus sustentos ou garantir a reprodução do capital ao alterarem a forma e conteúdo de uma dada realidade espacial, o que, em algumas ocasiões, essa reorganização territorial é influenciada por determinadas crises susceptíveis ao sistema capitalista, o qual busca superá-las a partir da reestruturação produtiva do capital⁵ (LOPES, 2014, p.38).

Ainda de acordo com o autor, é no bojo do processo de reestruturação produtiva que a divisão dos setores produtivos da economia – primário (agropecuária e extrativismo), secundário (indústria em geral) e terciário (comércio e prestação de serviços em geral) – “foram desarticulados e/ou interligados entre si de forma complexa e indissociável, deixando de obedecer à divisão clássica da economia” (LOPES, 2014, p.40).

Observamos que a maioria das pesquisas ligadas ao processo de reestruturação produtiva aparece direcionada às grandes atividades produtivas, ligadas, sobretudo ao agronegócio. Seja essas por aqueles que o interpretam como progresso ou fator de desenvolvimento econômico para determinada região, ou por aqueles que o apreendem como agravante das desigualdades econômicas e sociais, sendo responsável muitas vezes pela expulsão dos pequenos produtores do campo.

⁵ “[...] processo pelo qual o sistema capitalista é constantemente submetido a novas adequações, por meio de novas ideologias e modelos econômicos como forma de superar as eventuais e constantes crises estruturais, as quais o capital esta sujeito” (LOPES, 2014, p.39).

Nas últimas décadas do século XX, o mundo tornou-se mais dinâmico, no entanto, atingindo subespaços de formas diferenciadas, principalmente, nos países subdesenvolvidos em que “os conhecimentos da ciência e da tecnologia passaram a ser aplicados diretamente aos processos produtivos de todos os setores, inclusive da agropecuária” (HESPANHOL, 2008, p.37), culminando com um modelo de desenvolvimento contraditório, desigual e combinado que se expressam nas dinâmicas territoriais vigentes.

Olhando para o semiárido e reconhecendo a complexidade desse espaço, precisamos atentar, porém, que esse processo ocorre em escalas diferenciadas, fazendo-se presente, também, nas “pequenas⁶” atividades produtivas, como as evidenciadas no Distrito de Ribeira por meio das atividades ligadas a produção de artefatos em couro, que, por sua vez, também são capazes de gerar emprego e renda. Mesmo em uma dimensão menor, apresentam uma racionalidade na forma de produzir e de distribuir /comercializar seus produtos.

Sendo assim, podemos dizer que as cooperativas aparecem como alternativas de inserção na modernização e que, mesmo em uma dimensão menor, os sujeitos envolvidos nessa lógica participam e se beneficiam no que diz respeito ao fazer uso de ferramentas que lhe possibilitem inserção tecnológica, modificações nos meios de produção, maior produtividade, bem como alterações na produção e nas relações de trabalho, inserindo-se, desse modo, cada vez mais na lógica empresarial. Em outras palavras, as cooperativas encontram-se inseridas em uma lógica maior, isto é, a reprodução do capital que busca o fortalecimento de sua produtividade, o sustento, bem como a obtenção do lucro.

Esse entendimento torna pertinente olhar para as “pequenas” atividades e buscar sua compreensão dentro daquilo que Santos e Silveira (2008) apresentam como espaços luminosos sendo “aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização” (SANTOS; SILVEIRA, 2008 p.264).

É nessa perspectiva que escolhemos refletir sobre um fragmento do território semiárido, onde uma parcela da população conseguiu se organizar em cooperativas, com acesso à modernização tecnológica e inserção no atual meio técnico-científico-informacional. Sabemos que essa inserção não acontece na mesma proporção se comparada as grandes atividades produtivas, mas ela surge, por exemplo, como forma de ter acesso aos créditos, às

⁶ Destacamos que as atividades ligadas a Cooperativa ARTEZA aparecem como “pequena” enquanto comparada a uma escala estadual/regional que, entretanto, para a região compreendida como o Cariri paraibano se apresentam como elemento importante para manutenção do Distrito de Ribeira como espaço de diferenciação.

técnicas, a informação etc. Os sujeitos por sua vez participam e se beneficiam no que diz respeito ao fazer uso, de ferramentas que lhes possibilitarão além, da inserção tecnológica, a modificação dos meios de produção, bem como alterações na produção e nas relações de trabalho.

Seguindo esse raciocínio, entendemos que no processo de modernização do capitalismo ocorrem transformações tanto nas unidades produtivas quanto nas relações sociais através da inserção do trabalhador em formas mais nítidas no circuito comercial. Numa abordagem local, e pensando o trabalho com a produção de alho no Distrito de Ribeira, Grabois (1991) afirma que o pequeno produtor pode ser inserido de várias maneiras, enquanto associado ou cooperado, por exemplo, e dispendo de renda, de quantias em dinheiro, embora não muito elevadas, lhe permite comprar mais bens e, assim, inserir-se em um universo de relações mais amplas e mais complexas.

É nesse sentido que buscamos refletir sobre a dinâmica socioespacial, mediante a participação de atores e sujeitos sociais, isto é, a sociedade civil organizada, em associação e/ou cooperativa, considerando o processo de reestruturação produtiva evidenciado no Distrito de Ribeira, principalmente a partir dos anos de 1970. Dessa maneira, pensamos esse processo, destacando as experiências com a produção de alho e em especial com a produção de artefatos em couro para nos auxiliar na compreensão da dinâmica socioespacial local.

Registros mais antigos demonstram que a introdução da cultura do alho ocorreu no início do século XX, porém o grande desenvolvimento da produção se deu a partir de 1979, com a criação de um projeto-piloto no Distrito de Ribeira, tornando a atividade expressiva na região até o final dos anos de 1980, período de sua diminuição e/ou declínio (GRABOIS, et. al., 1991).

Grabois, et. al. (1991) divide a história do alho em duas etapas, assim denominadas por ele: “período da lata” e “período da motobomba”. O primeiro consiste na introdução do alho no baixo curso do rio Taperoá, sendo então cultivado em pequenas quantidades em leirões⁷ construídos no leito seco do rio. A irrigação se dava por meio de latas que armazenavam a água retirada de poços e cacimbas abertas no leito do rio em um “exaustivo trabalho de vai e vem”, enquanto a adubação empregada era apenas o esterco oriundo dos currais. O segundo período, em meados dos anos de 1960, diz respeito às primeiras mudanças no processo produtivo devido à utilização de motobombas a gasolina, culminando em

⁷ Faixa de terreno cultivado (canteiro).

modificações espaciais com a expansão da cultura do alho para as áreas de várzea. Assim, o uso de motobombas pode ser considerado como um dos principais sinalizadores da modernização da produção de alho, fase dominada pelo uso da mangueira que, embora menos recomendável do que o uso de aspersor para águas com certo teor de sais, como as que predominam nessa região, era mais barato. Essa etapa também foi caracterizada pela substituição do adubo orgânico pelo químico.

O forte aumento do consumo de água possibilitou uma rápida expansão da cultura do alho. Por esse motivo houve a necessidade de tornar as cacimbas maiores e mais profundas, em grande parte sendo escavadas com tratores de esteira e não mais com o uso de equipamentos mais rústicos, como a enxada e a pá. Essa nova forma de utilização de equipamentos para obtenção da água provocou a diminuição do nível do lençol freático, o que ocasionou “duas consequências desastrosas, tanto em termos econômicos quanto ecológicos: o gradual desaparecimento das lavouras de vazante e a acentuação do problema de salinização” (GRABOIS, et. al. 1991, p.97).

Nesse sentido, o uso inadequado da técnica de irrigação, bem como a acentuação do uso de adubos químicos (retendo menor quantidade de água e preservando menos os nutrientes do solo que o adubo orgânico), são alguns dos elementos que contribuíram para a crescente salinização do solo, causando a queda da produção do alho. Além disso, o alho exige certa queda da temperatura na época do inverno para que possa ocorrer uma boa colheita, o que é pouco acentuado, nas condições climáticas dessa região, deixando assim o desenvolvimento intensivo desse tipo de cultura num limite extremamente perigoso (GRABOIS, et. al. 1991).

Posteriormente, com o declínio do cultivo da hortaliça, ocorrido no final dos anos de 1980, a atividade com o artesanato em couro, que dividia espaço com a produção do alho, passou gradualmente a compor o papel de principal fonte de renda das famílias locais. A experiência do manuseio com o couro, associada ao conhecimento adquirido na produção do alho, quando se trabalhava num sistema de cooperativa – a Associação Ribeirense dos Produtores de Alho (ARPA) –, foi decisivo para que se estruturasse a mudança na base produtiva. Ao mesmo tempo, o artesanato em couro estava ocupando espaço na mídia regional, o que também contribuiu para que a nova mercadoria pudesse ser encarada como uma boa opção de renda pelos pequenos produtores (SOUZA; SUERTEGARAY, 2011).

Com a intenção de fortalecer a produção do artesanato foi criada em 1998 a Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira – ARTEZA (**Fotografia 01**) –, tendo como financiadores/parceiros o Projeto Cooperar, o Banco Mundial, a Prefeitura Municipal de Cabaceiras, o Governo do Estado da Paraíba e o SEBRAE que prestou assistência técnica, principalmente para a capacitação profissional dos artesãos.



Fotografia 01 – Fachada do prédio da ARTEZA, no Distrito de Ribeira, Cabaceiras (PB)

A Cooperativa formou-se inicialmente com 28 sócios que, mensalmente, curtiam aproximadamente 500 peles de animais. No projeto de criação da ARTEZA foi estabelecido como meta o curtimento de 2000 peles/mês, após 10 anos de atividades coletivas. Essa meta amplamente superada, tendo em vista que a Cooperativa alcançou a produção de 8000 peles/mês⁸. A partir dessa matéria-prima, são produzidos chapéus, sandálias, carteiras, bolsas, cintos e outros acessórios em couro, principalmente de caprinos, os quais são comercializados na sede da Cooperativa (**Fotografia 02**), em espaços comerciais de cidades do Nordeste e de outras regiões do país e em Eventos/Feiras de artesanato.

⁸ Dados a serem atualizados.



Fotografia 02 – Artesanato em couro produzido pela Cooperativa ARTEZA

Esses são comercializados em cidades do Nordeste e de outras regiões do país, tais como: Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo, além de cidades dos estados de Sergipe e da Bahia. A ARTEZA tem forte influência e importância econômica não só para o Distrito de Ribeira, mas para a região do Cariri paraibano, enquanto geradora de emprego e renda (**Fotografia 03**) e no sentido de fortalecimento de uma atividade tradicional, como o artesanato em couro.



Fotografia 03 - Artesãos trabalhando na produção de artigos em couro

É inegável que a presença da ARTEZA interferiu e ocasionou mudanças na dinâmica socioespacial local do Distrito de Ribeira, bem como para o município de Cabaceiras, seja

como fator atrativo, na dinamização da economia, geração de emprego e renda, ampliação das experiências com o comércio, dentre outros fatores. Interpretar tais mudanças na organização do espaço local decorrente do processo de reestruturação produtiva e refletir acerca do papel da Cooperativa na dinâmica socioespacial do Distrito de Ribeira constitui-se em objetivo a ser alcançado nas próximas etapas de nossa pesquisa.

Considerações parciais

Destacamos que apesar do semiárido ainda ser visto por alguns como espaço da pobreza, também pode ser evidenciado como espaço de possibilidades. Sua realidade é muito diversa. Por isso, não podemos pensá-lo e tratá-lo como uma região homogênea. É preciso estar atento as suas especificidades e, até como propõem alguns estudiosos, visualizar suas “vocações”. Também não podemos romantizá-lo e esquecer, por exemplo, dos problemas de ordem político estruturais. Esses sim mais limitadores do que a ocorrência periódica das secas, que é um fenômeno característico do semiárido nordestino.

Dentro do quadro de particularidades do semiárido, evidenciamos aqui o Distrito de Ribeira pensando-o a partir do processo de reestruturação produtiva, em seu cenário de mudanças, seja de discontinuidades, no caso da produção de alho, ou de continuidade/reaprendizado, como vem ocorrendo com a produção do artesanato em couro. Ressaltamos que apesar da pesquisa estar em andamento, podemos inferir que o fortalecimento das atividades com couro, a partir da atuação da Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira (ARTEZA), pode ser pensado como marco de possibilidades para a região na medida em que a produção do artesanato em couro tem se apresentado como elemento importante para a dinâmica socioeconômica, não apenas para o Distrito de Ribeira, mas, também, para municípios vizinhos enquanto fornecedora de emprego e renda para a população. Suas ações também têm favorecido a permanência da população local, uma vez que sem alternativas, sobretudo nos períodos de estiagens prolongadas, migravam para outras regiões do país.

A almejada participação popular ainda se apresenta como desafio, no entanto, ao nosso olhar a criação de cooperativas, por exemplo, tem se apresentado como alternativa de inserção e forma de os pequenos produtores terem acesso à modernização tecnológica, ao crédito e a constante busca pela autonomia. Sabemos que ao falar em coletivo, em cooperativa e pensar

alterações no espaço é também falar em relações de interesse e conflito, que, porém nesse estágio da pesquisa optamos por não abordar.

Partindo do entendimento de que o espaço geográfico é construído e modificado por relações sociais, assim como atividades maiores ligadas a grande produção, em uma escala menor essas atividades, mediante cooperativas a qual nos referimos também se apresentam como elemento de diferenciação no espaço. É nessa perspectiva que nos propomos a continuar pesquisando.

Referências bibliográficas

CASTRO, Iná Elias de; MAGDALENO, Fabiano Soares. O imaginário da pobreza e a implantação industrial no semi-árido nordestino. In: **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, v.19, 1996.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online**, v. 2, n. 18, 2011, p. 39-62, jul./dez.

COSTA, José Jonas Duarte da. Contradições no processo de modernização do semi-árido: da agricultura tradicional à pecuária irracional dependente. In: MOREIRA, Emília (Org.) **Agricultura Familiar e Desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária. 2006, p.131-148.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: A cidade do campo. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 2005.

FERREIRA, Marcio Reinaldo Lucena. **Gestão compartilhada e cidadania: um estudo da experiência do Pacto do Novo Cariri**. Dissertação (Mestrado em administração) – UFPB, João Pessoa, 2006.

GRABOIS, J.; MARQUES, M.I.M; SILVA, M.J. A organização do espaço no baixo vale do Taperoá: uma ocupação extensiva em mudança. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, nº 4, 1991, p.81-114.

HESPAHOL, Antonio N. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial. In: **Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**, 4º. 2008. São Paulo - SP, 2008, p.370-392.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=250310&search=%7Ccabaceiras&lang=>>>. Acessado em: 08/06/2016.

LIMA, Adriana Rosado Maia de. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS: um olhar sob a perspectiva dos agentes implementadores**. Dissertação de Mestrado. Serviço Social. UFPB. João Pessoa, 2006.

LIMA, Luiz Cruz; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: Ed UECE, 2011.

LISBOA, Josefa. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na dissimulação da esperança. Tese de Doutorado. NPGEO/UFS, Aracaju, 2007.

LOPES, José Edvaldo. **A Del Monte Fresh Produce e a territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu-RN**. (Dissertação de Mestrado UFPB/CCEN) João Pessoa - PB, 2014.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido** – uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

OLIVEIRA, Petrucio Clécio Alves de. **Reestruturas territoriais e novas territorialidades no Cariri paraibano**: reflexões a partir do Pacto Novo Cariri. (Dissertação Mestrado UFPB/CCEN). João Pessoa - PB, 2013.

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento local**: como fazer? Brasília: SEBRAE, 2008. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/desenvolvimento-local-como-fazer,304ad1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acessado em: 14/08/2017.

REBOUÇAS, Aldo C. Água na Região Nordeste: desperdício e escassez. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.2, n.29, 1997, p. 127-154, Jan/abril.

SANTOS, Josefa de Lisboa, O desenvolvimento local sustentável como ideologia do protagonismo social. In: **Revista Okara**: geografia em debate, v. 6, n. 1, p. 60-68. DGEOC/CCEN/UFPB. João Pessoa – PB. 2012. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>. Acessado em: 03/07/2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. – 10º ed, Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, Amarthya. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Anieres Barbosa da. **Políticas públicas e tecnologias sociais para convivência com o semiárido paraibano**: um olhar sobre as experiências de uso e manejo de água no Cariri Paraibano. (Relatório de Pesquisa) UFPB/CNPq, João Pessoa, 2013.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Reimp. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SOUZA; B. I.; et. al. Intervenções governamentais recentes nos Cariris Velhos da Paraíba – Brasil: Reflexos na agropecuária, na degradação das terras e na cidadania. **Geographia**. Ano. 18 – n. 37, 2016, p.154-177.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.